

**FORUM**

**PENSAR CABO VERDE**

**TEMA:**

**PLURALISMO E DESENVOLVIMENTO**

**Praia 1 de Outubro 1994**

**António José Cardoso Santos  
Orador**

## PLURALISMO E DESENVOLVIMENTO

Comunicação de António Cardoso Santos ao Fórum  
"PENSAR CABO VERDE"

Antes de se abordar um tema tão controverso como o que iremos abordar, é necessário definir os termos que irão ser as linhas mestras do que irá ser tratado.

Poderíamos, todavia, gastar os quarenta minutos que nos foram concedidos, e muitos mais para chegar a um consenso sobre estas duas palavras tão invocadas, tão presentes no nosso dia a dia, mas que significam coisas tão diferentes, conforme a aceção em que são empregues ou mesmo as ideologias de quem as usa.

Por isso tomámos a liberdade de as definir para que fique claro o que pretendemos dizer, e desde já concitamos a discussão dos próprios conceitos de pluralismo e de desenvolvimento.

Assim, para uso subsequente, durante a presente apresentação, a palavra DESENVOLVIMENTO irá significar um processo que incluirá :

- O crescimento económico necessário à geração de recursos económicos que possibilitem aos cidadãos um nível de vida tal em que as suas necessidades básicas - como sejam a saúde, a educação, a cultura, a informação e o lazer - estejam, se não garantidos, pelo menos ao alcance da grande maioria.
- A capacidade de controlar esse crescimento por forma a que ele não vá atingir, de forma significativa o meio ambiente, a saúde mental colectiva, a individualidade, a liberdade e a capacidade de participação dos cidadãos na vida pública.
- A capacidade de distribuir os frutos do crescimento económico de forma minimamente justa.

O PLURALISMO, por sua vez, será um conceito abrangente, político/social, que é subjacente sistema de organização da sociedade em que:

- Os cidadãos poderão associar-se livremente em função das suas opções políticas, de classe ou outras.
- Essas associações de cidadãos poderão intervir, legalmente, na organização e condução do poder.

- Nenhuma dessas associações poderá deter o monopólio do poder, tomando-se, como regra fundamental a da alternância no poder, de acordo com a vontade expressa dos cidadãos em actos eleitorais livres e abertos a todos os adultos.

Para além do seu significado como forma de organização, o pluralismo é, principalmente, uma maneira de estar na vida em que o respeito por si próprio e pelos outros cidadãos garante o direito à diferença, à não exclusão como consequência de sexo, raça, credo, nacionalidade, opiniões ou posições assumidas.

Resumindo, o pluralismo é a essência da democracia.

É lugar comum afirmar-se que é inglório o esforço dedicado à invenção no âmbito da organização social.

Quem perfilha tal conceito costuma basear-se, para justificar a sua opção, numa das duas linhas de raciocínio seguintes:

- Ou que já nada há a inventar, que tudo o que é supostamente novo já foi, na realidade, experimentado em outras latitudes e outras situações
- ou que é inútil insistir na inovação porque a história tem os seus caminhos próprios e, usualmente, as tentativas de curto-circuitá-los têm resultados perversos.

Não vamos agora discutir o mérito - ou demérito - das posições acima, mas acreditamos que raramente o palmilhar de caminhos já percorridos traz vantagens significativas, pelo que analisamos sempre os nossos caminhos, as nossas opções e o nosso futuro à luz da história, nossa e de outros países.

Se olharmos atentamente os processos que conduziram ao sucesso os países economicamente desenvolvidos, uma das constantes que saltam à vista é que o pluralismo, ou melhor a luta pelo pluralismo, segue um caminho senão paralelo, pelo menos intimamente relacionado com o do desenvolvimento.

Também nos parece uma constante o facto de o desenvolvimento económico ser resultante de um poder fortemente estabelecido e, portanto detido e usado a favor de um grupo que num determinado momento se identifica com a "Nação", o "Império" ou qualquer outra unidade de ordem política, aceite como legítima numa dada época da história.

Nesta perspectiva, o nosso trabalho irá centrar-se em torno das seguintes questões:

- Será possível o pluralismo - ou a democracia, se quisermos - como enquadramento político durante as primeiras fases do arranque em direcção ao desenvolvimento económico?

- Será possível a consolidação do desenvolvimento sem o pluralismo?
- Em que momento, e por que mecanismos se fará a transição entre o centralismo/autoritarismo gerador da acumulação/crescimento económico e o pluralismo gerador do desenvolvimento pleno?
- Que ensinamentos poderemos retirar de experiências anteriormente conduzidas, com sucesso?

O desenvolvimento, na acepção em que tomamos geralmente o termo, parece ser um processo que se iniciou na Europa, nos fins da chamada Idade Média.

Factores vários parecem ter sido determinantes, sendo, talvez, o principal, a existência de núcleos de busca e de difusão do saber que eram os conventos e as universidades medievais.

Na realidade, o aparecimento dessas escolas e centros de saber não era novidade.

Elas já tinham florescido em civilizações as mais diversas, da China ao mundo árabe, um pouco por todo o lado no mundo antigo.

São por demais conhecidos os focos de difusão da ciência e da cultura em Alexandria, durante o período ptolomaico, nas grandes metrópoles árabes com as suas maravilhosas bibliotecas e os grandes pensadores que lançaram o fundamento das matemáticas e da medicina.

Todavia, apesar do brilho extraordinário, o perfil escolástico e a estrita dependência dessas instituições em relação a soberanos absolutos limitou a difusão do saber por elas gerado.

Apesar das inúmeras fases por que passou, das perversões que sofreu, incluindo os surtos de fanatismo e as conseqüentes guerras, o cristianismo, na linha directa do hebraísmo, é a primeira religião não contemplativa que dá uma certa autonomia ao indivíduo.

Pela primeira vez o homem olha Deus de frente, ajoelhado é certo, mas sem ter que ceder a face ao pó do chão.

Vamos deixar aos historiadores e outros estudiosos nessa área do conhecimento a tarefa, bem importante aliás, de investigar a cadeia de causalidade que levou a tal mudança de atitudes, e tratemos apenas de reter a noção de que o indivíduo, para chegar aos mais altos escalões da liderança não precisa mais de pertencer a uma linhagem de sangue ou, pelo menos, de ter sido adoptado por uma: o primeiro chefe da cristandade foi um pescador.

Na senda desta renovação importante no campo religioso, aparece um sistema político que provoca a ascensão, numa escala sem precedentes, de indivíduos estranhos ao poder instalado: nobreza menor ou mesmo aventureiros plebeus, laicos e religiosos.

Pela primeira vez o mérito é determinante, há uma ascensão de sangue novo que afasta o estiolamento fatal aos grupos que não se renovam.

O ambicioso disposto ao risco ( à inovação! ) sente que tudo está ao seu alcance, apenas é necessário ousar!

E os que assaltaram com sucesso o poder e a riqueza sabem que o repouso sobre louros e glórias conquistadas pode ser letal...

Parece ser evidente que essa renovação tem como consequência o aparecimento de novas ideias que afastam o perigo do monolitismo abrangente e sufocador que usa o tradicionalismo para se manter ao abrigo de eventuais concorrentes.

Assiste-se, portanto, na Europa post medieval ao frutificar de uma seara de inovação e de procura, ainda que involuntariamente plantada.

A semente dessa seara, mesmo sendo de estirpe ainda primitiva, foi o PLURALISMO.

Todavia há que lançar um olhar atento à transição do tradicionalismo medieval para a abertura renascentista:

Não foi, de forma alguma, um percurso de ruptura, um processo revolucionário.

Foi, pelo contrário uma mudança gradual em que por um processo de osmose social as classes dominantes foram absorvendo matéria nova, renovando-se e diminuindo o fosso que as separava da burguesia que, pelo domínio do comércio e da artefaria nascentes, por razões de classe, fora do universo da nobreza, estava em plena ascensão.

A burguesia, por sua vez, longe de aspirar à destruição dos privilégios da nobreza, apenas pretendia usufruí-los o que propiciou, de facto, em determinados períodos históricos e em determinados países uma aliança que, explorando violentamente as classes mais desprotegidas, acumulou grandes disponibilidades que acabaram por ser o motor da industrialização e do conseqüente crescimento económico que geraram o desenvolvimento.

O caso da Inglaterra, com a particularidade da expansão marítima - exemplo acabado de investimento comercial - que lhe permitiu o acesso a recursos ilimitados e a um mercado consumidor alargado é, decididamente, um caso a estudar com cuidado.

Não só pela objectividade que foi posta na concepção e execução do "projecto", como pela componente individualizante que lhe foi característica.

Por alguma razão as armas britânicas ostentam o lema "Dieu et mon Droit": Deus e os meus direitos.